

(Provisório)

SUMÁRIO

PARTE I

INTRODUÇÃO	19
NORMAS TRABALHISTAS INFRALEGAIS. DECRETO Nº 10.854, DE 10/11/2021 – DOU DE 11/11/2021	25

PARTE II

DIVISÃO I	29
------------------------	-----------

1. SALÁRIO E REMUNERAÇÃO: CONCEITOS E PROCEDIMENTOS	31
1.1. SALÁRIO	31
1.1.1. Salário-mínimo	31
1.1.1.1. Salário-mínimo conforme CF e CLT	31
1.1.1.2. Salário do aprendiz	32
1.1.1.3. Súmula Vinculante 4 do STF	32
1.1.2. Salário normativo ou piso salarial	32
1.1.3. Salário profissional	32
1.1.4. Salário complessivo	33
1.1.5. Salário do empregado substituto e sucessão.....	33
1.1.6. Vacância e cargo definitivo – Súmula 159 do TST	33
1.1.7. Salário nominal.....	34
1.1.8. Salário utilidade ou in natura	34
1.1.8.1. Utilidades concedidas pelo empregador.....	35
1.1.9. Pagamento do salário.....	35
1.1.10. Salário pago por comissões e percentagens	36
1.1.11. Descontos legais do salário.....	36
1.1.12. Definição de salário e remuneração, por ocasião do pagamento das férias	37
1.2. Remuneração: Artigos 457 e 458 da CLT	37
1.2.1. Gorjetas	37

1.2.1.1.	Detalhamento de retenção e distribuição da gorjeta	37
1.2.1.2.	Definição em assembleia geral dos trabalhadores.....	38
1.2.2.	O que integra e não integra o salário	38
1.2.3.	Diárias para viagem X despesas operacionais.....	38
1.2.4.	Prêmio – condição para não integrar a remuneração	39
1.2.5.	Remuneração ou salário global	39
1.2.6.	Rendimentos sem encargos.....	39
1.2.7.	Depósito de salários em conta bancária.....	40
2.	FÉRIAS (ARTIGOS 129 A 153 DA CLT)	43
2.1.	Introdução sobre férias.....	43
2.2.	Faltas não abonadas (justificadas).....	45
2.3.	Férias de trabalho de tempo parcial	46
2.4.	Quando a ausência do empregado não é considerada falta ao serviço.....	46
2.5.	Início das férias que antecede RSR e feriado.....	47
2.6.	Férias em até três períodos	48
2.7.	Perda do direito e alteração do período aquisitivo de férias	48
2.8.	Férias pagas em dobro e 5% de pena diária do salário-mínimo da região e menor estudante	49
2.9.	Prescrição das férias.....	50
2.10.	Remuneração das férias na data de sua concessão.....	50
2.11.	Aviso e recibo de férias	51
2.12.	Férias: um terço a mais que o salário normal.....	52
2.13.	Incidência do “INSS, FGTS e IRRF” sobre o pagamento de férias.....	53
2.14.	Extinção do contrato de trabalho e o pagamento das férias.....	55
2.15.	Férias: Abono pecuniário	55
2.16.	Limite de não incidência de encargos no abono pecuniário (pouco executado).....	56
2.17.	Férias coletivas.....	56
2.17.1.	Modelo de comunicação para férias coletivas	57
2.17.2.	Cálculo das férias proporcionais.....	57
2.18.	Férias pagas na extinção do contrato de trabalho	58
2.18.1.	Súmula nº 261 do TST – nova redação dada pela Resolução 121/2003 (DJ 19-11-2003).....	59
2.18.2.	Desconto do INSS sobre férias indenizadas	60
2.19.	Pagamento da primeira parcela do 13º salário (gratificação de Natal) por ocasião das férias	60
2.20.	Desconto do imposto de renda sobre as férias.....	60
2.21.	Modelos e exercícios práticos de férias.....	61
2.21.1.	Tabela do INSS e IRRF para 2024.....	61
2.22.	Modelo de requerimento do abono pecuniário.....	62

2.23.	Controvérsia de entendimento sobre abono pecuniário e 1/3 da CF (inciso XVII do art. 7º) com exemplo prático	63
2.23.1.	Férias normais de 30 dias sem abono pecuniário	63
2.23.2.	Primeiro método consolidado pelos empregadores	63
2.23.3.	Primeiro método não praticado pela maioria dos empregadores	64
2.24.	Modelo de aviso de férias	65
2.24.1.	Anotações de férias	65
2.24.2.	Anotações no livro ou ficha de registro de empregados ou sistema digital.....	66
2.25.	Exemplos de cálculos de recibo de férias.....	66
2.25.1.	Modelo de solicitação de abono pecuniário de férias	68
2.26.	Primeiro exercício de abono pecuniário de 30 dias de férias	69
2.27.	Segundo exercício de abono pecuniário	70
2.28.	Férias início em um mês e término no seguinte.....	71
2.28.1.	Primeiro exercício de férias tem início em um mês e término no seguinte 30 dias de férias.....	72
2.28.2.	Esclarecimentos de pagamento do salário de Suzy Rosaline nos meses de nov. e dez./2024.....	73
2.29.	Exercícios de férias em “três períodos” com a anuência do empregado.....	74
2.29.1.	Primeiro período de 14 dias.....	75
2.29.2.	Segundo período de 5 dias	76
2.29.3.	Terceiro período de 11 dias	77
2.30.	Exercício de Férias – várias simulações de gozo de férias e solicitando abono pecuniário.....	79
2.30.1.	Cálculo período de 30 dias de férias	79
2.30.2.	Férias com abono pecuniário – dados para os cálculos.....	80
2.30.3.	Mais Usual – Férias de 20 dias	81
2.30.4.	Menos Usual – Férias de 20 dias	82
2.30.5.	Mais Usual – Abono pecuniário de 10 dias.....	83
2.30.6.	Menos Usual – Abono pecuniário de 10 dias.....	84
2.31.	Férias para horista que recebe adicional noturno	85
2.31.1.	Recibo de Férias de 30 dias	85
2.32.	Mensalista que recebe adicional de periculosidade, ficando afastado por um período e recebendo auxílio-doença	87
2.32.1.	Recibo de férias.....	88
2.33.	Férias normais com início em um mês e término no seguinte (uma parte em dobro)	89
2.33.1.	Recibo de férias.....	90
2.34.	Férias pagas em dobro e pagamento complementar mensalista	91
2.34.1.	Recibo de férias e pagamento em dobro	92
2.34.2.	Reajuste de 15% a partir de 1º/10/2024, recibo complementar de férias e pagamento em dobro	93

3.	HORAS EXTRAS	95
3.1.	Cálculo de integração das horas extras no repouso semanal remunerado e feriado	99
3.2.	Banco de horas – acordo individual e coletivo	99
3.2.1.	Diferença entre banco de horas e horas extras.....	100
3.2.2.	O banco de horas pode ser prejudicial ao empregado.....	101
3.2.3.	Remuneração variável.....	102
3.2.3.1.	Garantia de salário.....	103
3.2.4.	Cálculo de integração do repouso semanal e feriado nas comissões	103
4.	13º SALÁRIO (GRATIFICAÇÃO NATALINA)	105
4.1.	Esclarecimentos	105
4.1.1.	Primeira parcela	106
4.1.2.	Segunda parcela	108
4.2.	Auxílio-doença previdenciário	110
4.3.	Auxílio-doença por acidente de trabalho	110
4.4.	Serviço militar	111
4.5.	Adicional noturno	111
4.6.	Adicional de insalubridade e periculosidade	111
4.7.	Hora extra e gratificação semestral	111
4.8.	Desconto do inss do empregado no pagamento final	112
4.8.1.	Desconto em separado do salário	112
4.8.1.1.	No cálculo do salário-de-benefício não será considerada a remuneração do 13º salário (gratificação natalina)	114
4.8.2.	Imposto de Renda	114
4.9.	Pagamento do 13º salário correspondente ao período de licença-maternidade	115
4.9.1.	Reembolso do 13º salário correspondente ao período de licença-maternidade.....	116
4.10.	Recolhimento da contribuição do INSS para o 13º salário	117
4.11.	Salário variável	118
5.	REPOUSO SEMANAL REMUNERADO (RSR)	121
5.1.	Conceitos	121
5.2.	Período de repouso	122
5.3.	Horário de trabalho 24 x 36 e não jornada de trabalho	122
5.4.	Escala de revezamento	125
5.5.	Trabalhadores em empresas petrolíferas e petroquímicas	125
5.6.	Desconto do repouso semanal remunerado (rsr) para mensalista e quinzenalista.....	126
5.7.	Jurisprudência.....	127

5.8.	Semana para desconto do repouso semanal remunerado	127
5.9.	Domingo e feriado no mesmo dia.....	128
5.10.	Compensação do sábado, quando o sábado é feriado.....	128
5.11.	Intervalo para repouso e alimentação não concedidos pelo empregador	129
5.12.	Capítulo XVI do Decreto nº 10.854/2021, que revogou o Decreto nº 27.048/1949	130
6.	JORNADA DE TRABALHO	135
6.1.	Primeiro exemplo (mensalista)	135
6.2.	Segundo exemplo (horista)	136
7.	TELETRABALHO (TRABALHO REMOTO)	137
7.1.	Conceito	137
7.2.	Documentos necessários	137
7.3.	Cuidados importantes	138
7.4.	Contrato individual em trabalho remoto – empregado – teletrabalho.....	139
7.5.	Comunicação, suprimento de equipamentos tecnológicos e infraestrutura	139
7.6.	Verificação das condições de trabalho e tecnologias necessárias	140
7.7.	Normas e procedimentos para uso de tecnologia no exercício do cargo ou função	140
8.	INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE	143
8.1.	Insalubridade – Artigo 192 da CLT e NR-15	143
8.2.	Periculosidade – artigo 193 da CLT e NR-16 (Súmula 191 do TST foi derrogada).....	143
9.	ADICIONAL NOTURNO	147
9.1.	Quando tem direito – com vários exemplos de cálculos	147
10.	ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA	153
11.	PAGAMENTO DE SOBREAVISO	155
11.1.	Conceito	155
11.2.	Aplicação analógica	156
11.3.	O que caracteriza e não caracteriza o sobreaviso – Sumula 428 do TST.....	157
11.4.	Cálculo do sobreaviso	157
11.5.	Modelo de escala de sobreaviso	159
11.6.	Modelo de tempo de responsabilidade para uso do celular não tendo configuração de sobreaviso	160
12.	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (PRIVADA)	161
12.1.	Realidade atual	161
12.2.	Plano gerador de benefícios livres (PGBL)	162

12.3.	Vida gerador de benefício livre (VGBL)	162
13.	AUXÍLIO-EDUCAÇÃO	163
14.	TRANSPORTE DESTINADO AO DESLOCAMENTO PARA O TRABALHO E RETORNO	165
15.	VEÍCULO USADO PARA O TRABALHO E PELO TRABALHO	167
15.1.	Veículo usado para o trabalho (ferramenta de trabalho)	167
15.2.	Veículo usado pelo trabalho (vantagens concedidas pelo trabalho)	167
16.	COMPLEMENTAÇÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA	169
17.	NOVOS CÁLCULOS DO INSS (RGPS, RPPS) E IRRF PARA 2024, A PARTIR DE 1º/1/2024.....	171
17.1.	Tabelas atualizadas do INSS (RGPS) e IRRF a partir de 1º de janeiro de 2024.	171
17.1.1.	Regime Próprio da Previdência Social da União – RPPS	173
17.2.	Tabela do IRRF a partir de fev/2024.....	174
17.3.	Exemplos Práticos de como calcular o INSS e IRRF de serviços públicos e empregados em 2024	175
17.4.	Fundamentação legal das novas tabelas	176
17.4.1.	Salário-Mínimo para 2024.....	177
17.4.2.	Portaria Interministerial MPS/MF/2024.....	178
18.	INSS FGTS E IRRF	185
18.1.	Prática de incidências nos pagamentos feitos a empregados (INSS, FGTS E IR)	185
19.	TRABALHO INTERMITENTE	195
19.1.	Admissão de empregado de trabalho intermitente	198
19.1.1.	Admissão.....	198
19.1.2.	Proposta para emprego e currículo vitae.....	199
19.1.3.	Recibo de entrega e devolução da CTPS – art. 29 da CLT.....	201
19.1.4.	Registro de empregados.....	201
19.1.5.	Documentação	201
19.1.6.	Comunicação do empregado ao empregador durante o contrato de trabalho	202
19.1.7.	Documentos que a empresa deverá preencher	202
19.1.7.1.	Carteira de Trabalho e Previdência Social	202
19.1.7.1.1.	Reforma trabalhista – multa.....	203
19.1.8.	Exame médico.....	204
19.2.	Descrição do cargo.....	205
19.2.1.	Conceito de descrição de cargos.....	206
19.2.2.	Tarefa, função e cargo	207
19.2.3.	Realizando análise e descrição de cargos	207
19.2.4.	Análise de cargo e sua descrição.....	209

19.2.4.1.	Como elaborar	209
19.2.4.2.	Desenho de cargos.....	209
19.2.4.3.	Entrevista de descrição e análise de cargos	210
19.2.4.4.	Descrição do cargo.....	210
19.2.4.5.	Especificações do cargo	210
19.2.4.6.	O que essa empresa representa para você?	211
19.2.4.7.	Os usos da descrição e análise de cargos.....	212
19.2.5.	Exemplos práticos de descrição de cargos	212
19.2.5.1.	Editor de texto.....	212
19.2.5.2.	Guia de turismo	213
19.2.5.3.	Guardador e lavador de veículos.....	213
19.2.5.4.	Pedreiro	214
19.2.5.5.	Camareiro (a) de hotel.....	214
19.2.5.6.	Pintor	215
19.2.5.7.	Eletricista.....	215
19.2.5.8.	Jardineiro	215
19.2.5.9.	Copeiro	216
19.2.5.10.	Cozinheiro.....	216
19.3	Contrato de trabalho intermitente	216
19.3.1.	Modelo de um contrato de trabalho intermitente	217
19.4.	Controle do horário de trabalho	220
19.4.1.	Cartão de ponto, livro ou sistema eletrônico do trabalho intermitente	220
19.4.2.	Modelo de comprovante de registro de ponto do trabalhador intermitente	220
19.4.3.	Serviço externo – ficha, papeleta ou registro de ponto.....	221
19.4.3.1.	Modelo de ficha de ponto do empregado em trabalho intermitente externo	221
19.5.	Salário-mínimo, salário por hora e paradigma salarial para o trabalho intermitente	223
19.5.1.	Salário-mínimo, salário hora e paradigma	223
19.6.	Convocação do empregador para o trabalho, aceitação e recusa do empregado – procedimentos.....	224
19.6.1.	Convocação do empregador ao empregado para o trabalho.....	225
19.6.2.	Recusa e aceitação como proceder	225
19.7.	Período de inatividade.....	225
19.8.	Folha de Pagamento e Recibos.....	225
19.8.1.	Proventos	227
19.8.1.1.	Salário.....	227
19.8.1.1.1.	Depósito de salários em conta bancária.....	228
19.8.1.2.	Horas extras	229
19.8.1.2.1.	Modelo de prorrogação de jornada de trabalho	230

	19.8.1.2.2.	Cálculo de integração das horas extras no reposo semanal remunerado e feriado.....	231
19.8.1.3.		Banco de horas – acordo individual e coletivo.....	231
	19.8.1.3.1.	Diferença entre banco de horas e horas ex- tras	232
	19.8.1.3.2.	O banco de horas pode ser prejudicial ao empregado	233
19.8.1.4.		Adicional de insalubridade.....	233
	19.8.1.4.1.	Base de cálculo para o adicional de insalu- bridade	234
	19.8.1.4.2.	Exclusão do pagamento do adicional de insalubridade	235
	19.8.1.5.	Adicional de periculosidade	236
	19.8.1.6.	Adicional noturno	238
	19.8.1.7.	Salário-família.....	239
	19.8.1.8.	Ajuda de custo e diárias para viagem.....	239
19.8.2.		Descontos da Folha de Pagamento.....	240
	19.8.2.1.	Obrigatoriedade de contribuição do aposentado que trabalha como intermitente ao INSS.....	240
	19.8.2.2.	Imposto de Renda	240
	19.8.2.3.	Contribuição sindical dos empregados e dos empregadores	240
	19.8.2.4.	Adiantamentos	241
	19.8.2.5.	Habitação e alimentação fornecidas como salário-utili- dade.....	241
	19.8.2.6.	Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)	242
	19.8.2.7.	Recibo de pagamento/Envelope de pagamento.....	242
	19.8.2.8.	Vale-transporte	242
19.8.3		Tabelas do IRRF e INSS – item 17 desse livro.....	243
19.8.4		Recibos com demonstrativos de pagamentos	244
	19.8.4.1.	Mês de novembro de 2022 = 30 dias e teve 6 RSR	245
	19.8.4.2.	Mês de dezembro de 2022 = 31 dias e teve 4 RSR.....	246
	19.8.4.3.	Mês de janeiro de 2023 = 31 dias e teve 6 RSR	247
	19.8.4.4.	Mês de fevereiro de 2023 = 28 dias e teve 4 RSR.....	249
	19.8.4.5.	Mês de março de 2023 = 31 dias e teve 4 RSR.....	250
	19.8.4.6.	Mês de abril de 2023 = 30 dias e teve 6 RSR	252
	19.8.4.7.	Mês de maio de 2023 = 31 dias e teve 5 RSR	253
	19.8.4.8.	Mês de junho de 2023 = 30 dias e teve 5 RSR.....	256
	19.8.4.9.	Mês de julho de 2023 = 31 dias e teve 5 RSR.....	258
	19.8.4.10.	Mês de agosto de 2023 = 31 dias e teve 4 RSR.....	259
	19.8.4.11.	Mês de setembro de 2023 = 30 dias e teve 5 RSR.....	261
	19.8.4.12.	Mês de outubro de 2023 = 31 dias e teve 6 RSR.....	262
	19.8.4.13.	Mês de novembro de 2023 = 30 dias e teve 6 RSR	264
	19.8.4.14.	Mês de dezembro de 2023 = 31 dias e teve 4 RSR.....	265

19.9.	Calculando o Repouso Semanal Remunerado (RSR) em percentual – Considerando 65 horas	267
19.9.1.	31 dias no mês	267
19.9.2.	30 dias no mês	267
19.9.3.	Trabalhou 16 dias no mês com 2 RSR	268

20

FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO	269	
20.1.	Legislação pertinente.....	269
20.2.	Empregador e empregado	269
20.3.	Acordo de extinção do contrato de trabalho entre empregado e empregador	273

21. AVISO PRÉVIO **275**

21.1.	Fundamentação legal.....	275
21.2.	Quadro demonstrativo	275
21.3.	Súmulas do Egrégio TST sobre aviso prévio.....	278

22. EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO **281**

Introdução	281	
22.1.	Deveres do empregador na extinção do contrato de trabalho	282
22.2.	Lista de procedimentos na extinção do contrato de trabalho	283
22.3.	Profissional responsável pela extinção do contrato de trabalho – Deve apresentar no ato da rescisão do contrato de trabalho.....	285
22.4.	Dispensa sem justa causa com média de horas extras – horista	286

23. SÚMULAS DO TST DERROGADAS – CUIDADOS ESPECIAIS **289**

24. NORMAS TRABALHISTAS INFRALEGAIS **297**

Introdução	298	
24.1.	Título I – disposições preliminares.....	300
24.2.	Título II – disposições gerais	302
24.3.	Capítulo I – do programa permanente de consolidação, simplificação e desburocratização de normas trabalhistas infralegais.....	302
24.4.	Capítulo II – Do prêmio nacional trabalhista	306
24.5.	Capítulo III – Do livro de inspeção do trabalho eletrônico	306
24.6.	Capítulo IV – Da fiscalização das normas de proteção ao trabalho e de saúde e segurança no trabalho.....	308
24.7.	Seção I – Das denúncias sobre irregularidades e dos pedidos de fiscalização trabalhista.....	309
24.8.	Seção II – Da atuação estratégica e preventiva da inspeção do trabalho	310

24.9. Seção III – Da atuação pela inspeção do trabalho.....	312
24.10 capítulo V – Das diretrizes para elaboração e revisão das normas regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho	313
24.11. Capítulo VI – Do certificado de aprovação do equipamento de proteção individual	317
24.12. Capítulo VII – Do registro eletrônico de controle de jornada	319
24.13. Capítulo VIII – Da mediação de conflitos coletivos de trabalho.....	320
24.14. Capítulo IX – Das empresas prestadoras de serviços a terceiros	321
24.15. Capítulo X – Do trabalho temporário	324
24.16. Capítulo XI – Da gratificação de natal	334
24.17. Capítulo XII – Das relações individuais e coletivas de trabalho rural	335
24.18. Capítulo XIII – Do vale-transporte.....	343
24.19. Capítulo XIV – Do programa empresa cidadã	350
24.20. Capítulo XV – Da situação de trabalhadores contratados ou transferidos para prestar serviços no exterior.....	352
24.21. Capítulo XVI – Do repouso semanal remunerado e do pagamento de salário nos feriados civis e religiosos	354
24.22. Capítulo XVII – Da relação anual de informações sociais	359
24.23. Capítulo XVIII – Do programa de alimentação do trabalhador.....	360
24.24. Título III – Disposições finais	367
25. PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR (PAT)	375
1. Auxílio-alimentação ao empregado	376
2. Contratação de pessoa jurídica para o fornecimento do auxílio-alimentação.....	377
3. Penalidades – Multa ao empregador	377
4. Dedução do lucro tributável para fins de IR – pessoa jurídica.....	378
5. Alterações e Inserções na CLT sobre teletrabalho ou trabalho remoto.....	380
6. Quando a Lei nº 14.442/2022 entra em vigor.....	382
7. Texto atualizado na íntegra da Lei nº 14.442/2022.....	382
8. Texto atualizado da Lei nº 6.321/76 na íntegra	384
9. Texto atualizado da CLT do Teletrabalho Artigos 75-A a 75-F na íntegra	387
DIVISÃO II – ORIENTAÇÕES DE DÉBITOS TRABALHISTAS.....	389
Introdução.....	389
1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.....	393
1.1. Pessoas Jurídicas ajuizando ADC e ADIN	393
2. DETALHAMENTO TEÓRICO COM EXPLICAÇÃO TÉCNICA	395

2.1.	STF define que IPCA-e e Selic devem ser aplicados para correção monetária de débitos trabalhistas.....	397
2.2.	Poder aquisitivo	397
2.3.	Ocorrência	398
2.4.	Modulação	399
2.5.	Divergência	399
3.	DECISÃO DE JULGAMENTO DO STF – PROCEDENTE EM PARTE – TRIBUNAL PLENO – ATÉ QUE SOBREVENHA A SOLUÇÃO LEGISLATIVA....	401
3.1.	Facilitando ao consulente na leitura da “Decisão 3 Julgamento” do Egrégio STF do item 3.....	402
3.1.1.	Eficácia Erga Omnes e efeito vinculante.....	403
3.1.1.1.	<i>Erga omnes e Inter partes</i>	404
4.	DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO	405
4.1.	Decisão do Egrégio Supremo Tribunal Federal até que sobrevenha solução legislativa	434
4.2.	<i>Amicus Curiae</i>	435
5.	SIGNIFICADOS DAS SIGLAS	437
6.	QUADRO DE INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS NOS REFLEXOS TRABALHISTAS DO INSS, FGTS E IRRF, FACILITANDO AO CONSULENTE E MODUS OPERANDI.....	439
	DOIS MODELOS PRÁTICOS DE LAUDO PERICIAL NA APURAÇÃO DO EFETIVO CRÉDITO	441
	PRIMEIRO EXERCÍCIO – Simulação Prática de Laudo Pericial Trabalhista na Apuração do Efetivo Crédito.....	441
1.	Período de apuração.....	444
2.	Documento eletronicamente juntado aos autos do processo junto ao TRT.....	444
3.	Laudo pericial	445
3.1.	Sentença.....	445
3.2.	Reclamada	445
3.3.	Autor	445
4.	Metodologia – Parâmetros – Premissas	447
4.1.	Período de apuração.....	447
4.1.1.	Horas extras.....	447
4.1.2.	Horas extras – intervalo intrajornada.....	447
4.2.	Honorários advocatícios sucumbenciais	448
4.3.	Honorários periciais.....	448
4.4.	Embargos protelatórios	448
4.5.	Juros de mora e atualização monetária – IPCA-E + Juros de Mora	449
4.6.	Contribuições fiscais e previdenciárias	449

5. Anexos ao laudo pericial por meio dos quadros demonstrativos – quadros i a XVI, a seguir.....	451
6. Valores apurados.....	452
7. Distribuição fiscal – DIRF e DARF.....	452
8. Honorários.....	453
9. Resumo geral dos valores pagos até 1º/9/2019.....	454
SEGUNDO EXERCÍCIO – SIMULAÇÃO PRÁTICA DO CRÉDITO DO LAUDO PERICIAL TRABALHISTA.....	517
JUROS E TABELA PRÁTICA PARA ATUALIZAÇÃO DE DÉBITOS TRABALHISTAS (TR)	517
1. Período de apuração.....	519
2. Documento eletronicamente juntado aos autos do processo junto ao TRT	519
3. Participação pro-rata.....	520
4. Comunicado ao juiz(a) do resultado do trabalho no laudo pericial.....	521
5. Resumo do laudo pericial trabalhista.....	522
5.1. Introdução.....	523
5.2. Metodologia.....	524
5.3. Resultados.....	524
5.4. Quesitos.....	525
5.5. Procedimentos de perícia	525
5.6. Conclusões.....	525
6. Anexos.....	527
6.1. Resumo Geral.....	527
6.2. FGTS não depositado + A multa de 40,00%	528
6.3. Apuração dos reflexos nos RSR'S.....	530
6.4. Verbas rescisórias.....	531
6.5. Multas previstas nos artigos 467 e 477 da CLT	532
6.6. FGTS incidente sobre os valores apurados + a multa de 40,00%	533
6.7. Contribuição previdenciária do reclamante.....	534
6.8. Imposto de renda retido na fonte.....	535
6.9. Contribuição previdenciária da reclamada.....	537
6.10. Juros de mora incidente sobre os valores apurados.....	537
6.11. Tabela prática para atualização de débitos trabalhistas (TR)	538
BIBLIOGRAFIA	539